

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DE 1932 E A CULTURA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA.

Marcus Vinicius da Cunha. FFCLRP-USP.

6 – Intelectuais, Pensamento Social e Educação

O “manifesto dos pioneiros da educação nova” é objeto de inúmeros estudos, sob variadas abordagens. Nos últimos anos, tem recebido especial atenção, devido às comemorações de seu septuagésimo aniversário. Embora seja assim, nunca é demais lembrar, ainda que resumidamente, o contexto de sua produção e veiculação, para situar o tema do presente trabalho.

Várias narrativas informam que o “manifesto” deve sua origem à IV Conferência Nacional de Educação, realizada pela Associação Brasileira de Educação, ABE, entre os dias 13 e 20 de dezembro de 1931, na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião, os conferencistas discutiram a possibilidade de dar resposta aos discursos lá pronunciados pelo Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, e por seu Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, que solicitaram definições sobre “o ‘sentido pedagógico’ da Revolução”, conforme palavras de Nóbrega da Cunha (2003, p. 40), cuja intervenção foi decisiva na condução dos trabalhos do evento.

Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, jornalista representante da Associação Brasileira de Imprensa e da Associação dos Artistas Brasileiros, amigo de Fernando de Azevedo e “colaborador entusiasta” (ROCHA, 2003, p. 12) de sua reforma do ensino no Distrito Federal, entre 1927 e 1930, apresentou uma “Explicação à Mesa e à Assembléia da IV Conferência Nacional de Educação”, na qual assumia “o encargo de esboçar a questão” levantada por Vargas e Campos, para que fosse “levada, já em súmula, ao estudo da futura Conferência Nacional de Educação”, a ocorrer no Recife, no ano seguinte. Declarando atuar “em nome da corrente ideológica cujos princípios e aspirações” defendia, “não em caráter individual, mas como membro de uma vanguarda”, Cunha (2003, p. 59) transferia a responsabilidade para Fernando de Azevedo, “confiando-lhe assim, perante o Governo, a imprensa e o povo, a suprema liderança da nova educação no Brasil”.

Seu encaminhamento vinha sustentado numa apreciação acerca das atribuições daquela IV Conferência, convocada, segundo ele, “para discutir unicamente as questões relativas à educação popular na fase primária”, não podendo, por isso, “permitir o debate em assuntos referentes ao ensino secundário e ao superior, nem, muito menos, o exame do problema geral da educação” (CUNHA, 2003, p. 56-57). Como as demandas do Chefe do

Governo e do Ministro implicavam “definir o ‘conceito de educação’ e descobrir a fórmula de sua realização”, o assunto devia ficar, obrigatoriamente, para o próximo encontro da ABE.

A “Explicação” de Cunha (2003, p. 59-60), datada de 19 de dezembro, informava também que “o Sr. Fernando de Azevedo, ainda em São Paulo,” já fora informado daquela resolução, “tendo assumido o compromisso de consubstanciar num manifesto todos os nossos ideais e fixar, dessa maneira, o sentido fundamental da política brasileira de educação”. Além disso, estabelecia que o documento seria produzido e ganharia “ampla divulgação possivelmente dentro do prazo máximo de dois meses”. “Não esperaremos um ano, como desejava o nosso esforçado presidente efetivo”, concluía Cunha, “porque o país, que já perdeu a primeira e melhor fase do período revolucionário, não pode aguardar outro tanto sem, ao menos, um rumo definido para orientação da sua obra educacional”.

Ao analisar a interpretação de Nóbrega a respeito das atribuições da assembléia, Marta Carvalho (1998, p. 381) considera que o congressista “soube utilizar-se muito habilmente das palavras” que o Ministro da Educação “proferiu dando-lhes o estatuto de uma questão efetivamente formulada aos conferencistas e ausente da pauta da Conferência”. O próprio Fernando de Azevedo (apud CUNHA, 2003, p. 10), em carta dirigida a Cunha, datada de 24 de dezembro daquele ano, felicitou o amigo pela “habilidade e a destreza com que aproveitou os dois discursos inaugurais”, por “sua palavra persuasiva, de uma dialética irretorquível”, pelo “rigor lógico com que articulou as diversas peças desses discursos”, pela “argumentação, clara e contundente como uma lâmina”, com que logrou deixar “inteiramente desarmada a maioria da assembléia”, a qual acabou por “reconhecer-se incapaz de traçar uma nova política educacional”.

Foi na “Explicação” de Cunha que surgiu, pela primeira vez, a palavra “manifesto”, grafada em caixa-baixa, sem nenhum destaque gráfico, mas indicando claramente o caráter e a relevância política do escrito que caberia a Azevedo elaborar, como de fato o fez. E o fez praticamente dentro do prazo, pois logo em março do ano seguinte o documento foi publicado em vários órgãos de imprensa, com o título “A reconstrução educacional no Brasil” seguido de um subtítulo que identificava a sua destinação: “Ao povo e ao governo”. A revista *Educação*, editada pela Diretoria Geral do Ensino paulista, veiculou o texto, com o nome original, em seu volume VI, números 1-3, correspondente aos meses de janeiro a março. O jornal carioca *Diário de Notícias* do dia 19 daquele mês, o reproduziu na “Página de Educação” dirigida por Cecília Meireles, porém com outra denominação,

segundo informa Valéria Lamego (1996, p. 101): “Manifesto da nova educação ao governo e ao povo”.

A palavra “manifesto” também aparece na aludida carta de Azevedo, em que se encontra transcrito, entre aspas, o trecho da “Explicação” de Cunha que remete ao compromisso de elaborar o documento com as diretrizes de uma política educacional. Ao fazer a transcrição, porém, o missivista cometeu um deslize, introduzindo a expressão “nova” na frase de Nóbrega: o que originalmente era “o sentido fundamental da política brasileira de educação” tornou-se, com Fernando de Azevedo (apud CUNHA, 2003, p. 9 – grifo meu), “o sentido fundamental da *nova* política brasileira de educação”. O equívoco foi superado em 1943 na redação d’*A cultura brasileira* (AZEVEDO, 1958, p.174), em que aparece o mesmo excerto, desta feita sem a palavra “nova”, dando como referência bibliográfica o livro de Cunha, *A revolução e a educação*, de 1932. N’*A cultura brasileira*, o termo “manifesto” também aparece grafado em caixa-baixa, sem destaque, e o documento é identificado por seu nome original, “A reconstrução educacional no Brasil”.

Com esta breve digressão acerca da origem do “manifesto”, pretendo destacar dois aspectos que se interligam: primeiro, o nome pelo qual o texto ficou conhecido e, segundo, a sua pretensão de novidade. O nome sempre foi “A reconstrução educacional no Brasil”, ainda que algum veículo informativo o tenha omitido, como parece ter ocorrido no *Diário de Notícias*. Desde o nascedouro, porém, o documento já carregava a aura de manifesto, fazendo jus ao modo como foi apresentado pelo mesmo *Diário de Notícias*. Afinal, a “Explicação” de Nóbrega da Cunha já o havia denominado assim, e Azevedo (1932, p. 57) utilizou aquela designação no próprio texto do documento, embora uma única vez.

Mas o que talvez tenha sido decisivo para consolidar o espírito de manifesto foi a iniciativa de Fernando de Azevedo de organizar uma publicação na forma de livro, editada pela Companhia Editora Nacional no mesmo ano de 1932. Deu a ela o nome original do documento, incluindo o subtítulo identificador dos destinatários, “Ao povo e ao governo”, e, separando com um traço horizontal, acrescentou a expressão “manifesto dos pioneiros da educação nova” – caixa-alta, as letras menores que o restante, ligeiramente espaçadas e distribuídas elegantemente.

Commsumatum est! Tratava-se de um Manifesto!

Além do segundo título, Azevedo incluiu na publicação um escrito introdutório de 24 páginas, de sua autoria, e um “apêndice” com as seguintes seções: “Os signatários do manifesto”, com dados biográficos dos 23 homens e três mulheres que assinaram o documento veiculado pela imprensa; “O valor dos manifestos”, um texto publicado no

Diário de Notícias no dia 19 de março, escrito por “C.M.”, que se identifica como uma das signatárias, certamente Cecília Meireles; “A palavra oficial”, um comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação do Ministério da Educação e Saúde Pública; “*O Estado de S. Paulo* e o manifesto”, matéria transcrita do referido jornal, publicada no dia 22 de março; “Reconstrução educacional”, artigo de Menotti Del Picchia na *Folha da Manhã* de 23 de março; “O estado e a educação”, de Azevedo Amaral, veiculado por *O Jornal* no dia 27 do mesmo mês; e, finalizando, um escrito chamado “A nova política educacional”, o “Esboço de um programa educacional extraído do manifesto”.

A iniciativa de Fernando de Azevedo foi estratégica. Além de dar ainda mais visibilidade ao documento, conferiu a ele legitimidade e perenidade. Não mais uma simples matéria de jornal ou de revistas periódicas, a partir de então as idéias de “A reconstrução educacional no Brasil” ficariam eternizadas como marco histórico no campo da educação, cercadas de depoimentos, registros documentais e análises que situavam o texto no ambiente cultural e intelectual da época. Um manifesto é significativo não só pelas idéias que expõe, como escreveu C. M. no *Diário de Notícias*, mas pelas forças que aglutina em prol de uma causa, pelo senso de responsabilidade que exprime perante a vida, pela liderança que exerce, pela fé que irradia. Ser um manifesto significa, nas palavras de José Gondra (2004), integrar uma “tradição de se manifestar”, legando à posteridade a representação coletiva de um determinado objeto – nesse caso, a educação.

Tornar o documento um manifesto era necessário, de fato, a julgar por sua pretensão de novidade. Como explica Carlos Monarcha (1998, p. 81), os signatários de 1932 “se apresentavam na cena cultural e política como sujeitos conscientes, ativos e organizados” que “rejeitavam a tradição”, vendo a si mesmos “como vanguarda que improvisa uma ruptura com o passado nacional”, dispostos a “recomeçar do zero”; com sua peculiar percepção da modernidade, “explicitavam a sua maneira um aspecto recorrente do pensamento liberal-republicano brasileiro: o *pathos* do novo”. Com a expressão “pioneiros da educação nova”, aqueles intelectuais destacavam “a sua novidade”, proclamando “a sua relação com o movimento internacional que, sob o impacto da guerra de 1914-18, propagava a chamada *pedagogia da educação nova*”, segundo avalia Marta Carvalho (2004, p. 147).

O novo era, certamente, um sentimento manifesto no Manifesto dos Pioneiros, exprimindo uma paixão daqueles homens e mulheres, uma convicção talvez responsável pelo lapso de Fernando de Azevedo ao transcrever o trecho da “Explicação” de Nóbrega da

Cunha, e certamente responsável pela manobra habilidosa com que o jornalista – nas palavras de Azevedo – desarmou a maioria dos congressistas para que não discutissem o tema proposto por Vargas e Campos. Desarmar é atitude que se toma em combate, perante adversários, e aquele era o combate de uma “corrente ideológica”, uma “vanguarda” que lançava mão das armas que possuía, assim definidas por Azevedo: a “palavra persuasiva”, a “dialética irretorquível”, o “rigor lógico”, a “argumentação clara e contundente”, como transparece na metáfora “lâmina”, arma cortante, afiada, certa, quiçá destrutiva.

O novo era o *pathos* dos pioneiros, mas não de todos os seus interlocutores, pois, como ensina a nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), os oradores sempre têm diante de si auditórios particulares, cada qual dotado de disposições específicas. Se existisse o auditório universal, dominado por uma única e facilmente identificável paixão, ficaria sobremaneira simplificado o trabalho de persuasão. Além de povo e governo serem auditórios complexos e multifacetados, o Manifesto se instituiu como “uma peça de combate, toda ela envolta e atravessada pelo intento de produzir um efeito de verdade” que, como diz Miriam Warde (2004, p. 229), consistia em “dividir a educação brasileira, de ponta a ponta, entre o novo e o velho”, tendo por base o “diagnóstico de que o novo não emergia na sua plenitude no Brasil porque o velho resistia e se negava à morte”.

É diante desse contexto que podemos discutir o tema “universidade” no Manifesto de 1932. O assunto aparece na seção “Plano de reconstrução educacional”, que analisa primeiramente a situação geral do ensino no país, considerando haver “dois sistemas escolares paralelos, fechados em compartimentos estanques e incomunicáveis, diferentes nos seus objetivos culturais e sociais,” e, justamente por isso, “instrumentos de estratificação social” (AZEVEDO, 1932, p. 57). O trecho vem entre aspas, indicando tratar-se de um excerto de autoria de “um dos signatários deste manifesto”, que não é senão Anísio Teixeira, conforme sugeri em outro escrito (CUNHA, 2002).

O Manifesto (AZEVEDO, 1932, p. 59) defende, então, “uma reforma integral da organização e dos métodos de toda a educação nacional”, abrangendo “dos jardins de infância à Universidade”, apelando a “um conceito dinâmico” que remete “não à receptividade mas à atividade criadora do aluno”, no intuito de levar “à formação da personalidade integral” do estudante e “ao desenvolvimento de sua faculdade criadora e de seu poder criador”. Para isso, a escola deveria adotar os “mesmos métodos (observação, pesquisa e experiência), que segue o espírito maduro, nas investigações científicas”.

O “ponto nevrálgico da questão” (AZEVEDO, 1932, p. 60) é o ensino secundário, cuja solução consiste em afastar os “obstáculos opostos pela escola tradicional à

interpenetração das classes sociais”, os quais sempre mantiveram a escola secundária como “reduto dos interesses de classe” – de uma classe, aliás, a “classe média (burguesia)”, como consta no texto. É preciso que a escola secundária seja “unificada”, para assim “evitar o divórcio entre os trabalhadores manuais e intelectuais”. Para realizar essa meta, o Manifesto (AZEVEDO, 1932, p. 61) prevê que o secundário forme em 3 anos “a base de uma cultura geral comum”, diversificando-se, a partir daí, para se adaptar “à diversidade crescente de aptidões e de gostos” e “à variedade de formas de atividade social”.

O documento apresenta, a seguir, o “conceito moderno de Universidade”, de maneira a discutir, como sugere o subtítulo, o “problema universitário no Brasil”. Tal conceito é todo assentado na idéia de ciência, pois expressões a ela relacionadas estão invariavelmente presentes, sempre que o texto caracteriza o ensino superior. O Manifesto (AZEVEDO, 1932, p. 61-62 – grifos meus) diz que a educação superior no Brasil não pode “erigir-se à altura de uma educação universitária, sem alargar para horizontes *científicos* e culturais a sua finalidade estritamente profissional”; as novas instituições de ensino a serem criadas para corresponder “à variedade de tipos mentais” e “necessidades sociais”, deverão abrir “um campo mais vasto de investigações *científicas*”, servindo não só à “formação técnica e profissional”, mas também “à formação de *pesquisadores*”, completando assim a “tríplice função” da universidade: “elaboradora ou criadora de *ciência (investigação)*, docente ou transmissora de conhecimentos (*ciência feita*)” e “vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das *ciências* e das artes”.

Não resta dúvida quanto a isso, pois o próprio Manifesto (AZEVEDO, 1932, p. 62) o atesta, logo em seguida, considerando que o “sistema nervoso da Universidade” – paráfrase de Coultier – é a pesquisa, “que estimula e domina qualquer outra função”, imprimindo à educação superior o “espírito de profundidade e universalidade” que lhe permite “contribuir para o aperfeiçoamento constante do saber humano”. No entanto, a nossa educação superior, critica o documento, nunca foi guiada por tais princípios, jamais conseguindo, sequer desejando, ultrapassar “os limites e as ambições de formação profissional”, deixando assim a ciência “inteiramente subordinada à arte ou à técnica da profissão”, para atender aos reclamos de “aplicação imediata e próxima, de uma direção utilitária em vista de uma função pública ou de uma carreira privada”.

O Manifesto, portanto, vincula as idéias de universidade e ciência, não para sujeitá-las à noção de utilidade, mas para imprimir ao ensino universitário a responsabilidade por um pensar voltado à universalidade. É por isso que considera “necessária e urgente” a

organização de Universidades no país, pois “só com essas instituições” será possível obter “esse intenso espírito comum, nas aspirações, nos ideais e nas lutas”, espírito que dá “força, eficiência e coerência à ação dos homens”, superando a “diversidades de pontos de vista na solução dos problemas brasileiros” (AZEVEDO, 1932, p. 63-64).

O que se observa, na verdade, é que o Manifesto substitui uma certa concepção de utilidade, a que se limita às demandas particularistas das ocupações profissionais, por outra, a que se coloca a serviço dos “grandes problemas nacionais” e possibilita à Universidade fornecer “os meios de combate” contra determinadas atitudes intelectuais, que são assim nomeadas: o “cepticismo de nada escolher nem julgar; a falta de crítica, por falta de espírito de síntese; a indiferença ou a neutralidade no terreno das idéias”; e, por fim, a ignorância da necessidade de tomar partido e o “espírito fácil de substituir os princípios (ainda que provisórios) pelo paradoxo e pelo humor, esses recursos desesperados” (AZEVEDO, 1932, p. 64).

Esse encadeamento de noções revela que o Manifesto põe nos braços da ciência o potencial e o dever de forjar uma nova mentalidade para o homem brasileiro, uma nova maneira de interagir com os problemas sociais, uma atitude nova que contrasta, em suma, com o que considera imobilismo e omissão. É pela ciência, também, que serão formadas as “elites de pensadores, sábios, cientistas, técnicos, e educadores,” que irão constituir o “vértice de uma pirâmide de base imensa”, pois a Universidade, “elevando ao máximo o desenvolvimento dos indivíduos dentro de suas aptidões naturais”, selecionará “os mais capazes”, dando-lhes “força para exercer influência efetiva na sociedade e afetar, dessa forma, a consciência social” (AZEVEDO, 1932, p. 64-65).

No que tange ao tema “universidade”, esse é o discurso pelo qual se exprime a pretensão de novidade que permeia todo o documento. Os signatários do Manifesto declaram-se filiados a uma concepção de ensino superior integrada ao *pathos* essencial da modernidade, a ciência, que não se presta a demandas particulares, mas sim universais, que exigem uma racionalidade democrática para repensar o Brasil. O “problema universitário no Brasil”, conforme consta no subtítulo, diz respeito, porém, à inexistência de condições ideais para a instalação de tal conceito moderno de Universidade. É por esse motivo que o texto trata de “meios de combate” e, além de prescrever o remédio, também se ocupa em apontar a causa do mal, a mentalidade predominante na intelectualidade brasileira.

O diagnóstico é cruel: se a “nossa ilustração” é, parafraseando Alberto Torres, incapaz de “habilitar os espíritos a formar juízos e incapaz de lhes inspirar atos”, isto se deve à influência do “espírito enciclopédico em que o pensamento ganha em extensão o

que perde em profundidade”, em que o pensamento se desloca “da observação e da experiência” para “o hedonismo intelectual e para a ciência feita”, e, finalmente, em que “o período criador cede o lugar à erudição”, que se mostra “aparente e sem substância, dissimulando sob a superfície, às vezes brilhante, a absoluta falta de solidez de conhecimentos” (AZEVEDO, 1932, p. 63).

Eis, portanto, o problema universitário brasileiro. É preciso colocar o ensino superior em sintonia com o conceito moderno, científico de Universidade, que é o que representa, afinal, para os signatários, o novo. Mas, para fazer isso, diz o Manifesto (AZEVEDO, 1932, p. 63), é preciso combater a “superficialidade de cultura, fácil e apressada, de autodidatas”, porque nela residem “as causas profundas da estreiteza e da flutuação dos espíritos e da indisciplina mental, quase anárquica, que revelamos em face de todos os problemas”. Caberá às Universidades, quando existirem, enfrentar decisivamente esse problema, mas essa é uma batalha que não pode esperar, e o Manifesto se incumbem de travá-la mesmo antes, para isso devendo nomear, denunciando, o *pathos* de seus adversários.

O texto do Manifesto atesta que nem todos os seus destinatários compartilhavam a paixão pelo novo. Por esse motivo, o discurso nele articulado emprega uma retórica envolvente em busca de aumentar a adesão de determinados auditórios. Por esse motivo o documento tinha que ser um Manifesto, como bem percebeu Fernando de Azevedo ao formalizar o título do livro de 1932, fixando assim o seu caráter bélico, em meio a um combate intelectual e político. Por essa razão, também, Azevedo elaborou o longo escrito introdutório ao mesmo livro, o qual, aliás, fez figurar em 1937 na introdução de *A educação e seus problemas* (AZEVEDO, 1953), com o significativo nome “Definição de princípios e de posição”.

Esse outro texto aborda o problema universitário sob o mesmo prisma, sendo, no entanto, ainda mais contundente com os adversários, permitindo-se Fernando de Azevedo utilizar inauditos recursos de argumentação. O conteúdo de sua crítica é, fundamentalmente, o mesmo, apenas antecedido por uma análise das características históricas do povo brasileiro, um “povo ainda em formação” e “sem lastro de tradições e cultura, e constituído de grupos sociais, móveis e dispersos, sem coesão e sem vida coletiva”, o que explica a “indisciplina social e mental” vigente (AZEVEDO, 1932, p. 13). Esse problema é agravado, diz Azevedo (1932, p. 14), porque, “numa época em que se acentua por toda parte a intervenção da ciência na direção dos negócios públicos”, ficamos,

os brasileiros, entre o “romantismo político que nos deixou, durante anos, deslumbrados diante da natureza,” e o “pessimismo que pinta com as cores mais sombrias o futuro”.

Fernando de Azevedo (1932, p. 14) desfecha então o primeiro golpe de sua lâmina cortante: diante desse quadro cultural, as “correntes de opinião e de idéias, mal esboçadas, acabaram por estagnar-se no pântano político, em que se ouvia, entre raras vozes proféticas, o coaxar de interesses partidários e de idéias descompassadas”. O mal de que padece a “inteligência brasileira”, continua ele, é a “falta de cultura universitária”, pois “raramente as atividades literárias se trocaram pelos labores científicos” e, em lugar do “critério da objetividade”, vingou o “prestígio da eloquência” (AZEVEDO, 1932, p. 15). Nosso ensino superior procurou suprir a falta de espírito científico por meio de “esforços raramente compensadores de autodidaxia e de viagens de estudos que acabavam freqüentemente em viagens de recreio...” – corta novamente a lâmina de Azevedo (1932, p. 16).

A estratégia de argumentação posta em prática, agora, pelo redator do Manifesto, em defesa do ensino científico, consiste em comparar a voz de seus adversários aos sons emitidos por sapos e rãs, animais coaxantes que habitam os pântanos, e, mais ainda, em denunciar que as iniciativas de seus opositores para buscar instrução não passam de engodos, esforços que se corrompem em mero entretenimento. Em prol da cultura universitária, Azevedo desperta no auditório uma certa disposição ante aqueles que critica, brandindo com destreza uma arma poderosa da retórica, que são as paixões, “um teclado no qual o bom orador toca para convencer”, como diz Michel Meyer (2000, p. 36). Embora sem a suavidade que se espera de um tecladista, Fernando de Azevedo mobiliza em seus leitores uma paixão que Aristóteles (2000, p. 73) caracteriza como o contrário da emulação: o desprezo.

Desenhada a representação coletiva de mais esse objeto, o velho, o que não deve ser imitado, estava finalmente armado o cenário do combate.

Commsumatum est! Tratava-se, definitivamente, de um Manifesto!

Referências

- ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- AZEVEDO, F. (Org.). *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*. Manifesto dos pioneiros da educação nova. São Paulo: Nacional, 1932.
- AZEVEDO, F. *A educação e seus problemas*. 3. edição. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

- AZEVEDO, F. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Tomo III: A transmissão da cultura. 3. edição. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- CARVALHO, M. M. C. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- CARVALHO, M. M. C. O *Manifesto* e a Liga Internacional pela Educação Nova. In: XAVIER, M. C. (Org.). *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CUNHA, M. V. Ensino profissional: de Anísio Teixeira, o signatário incógnito do Manifesto de 1932, às concepções de John Dewey. In: VALE, J. M. F. et al. (Orgs.). *Escola pública e sociedade*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CUNHA, N. *A revolução e a educação*. Campinas: Autores Associados, 2003.
- GONDRA, J. G. A tradição de se manifestar. In: XAVIER, M. C. (Org.). *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- LAMEGO, V. *A farpa na lira: Cecília Meireles na revolução de 30*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- MEYER, M. Aristóteles ou a retórica das paixões. In: ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MONARCHA, C. Breve resenha de idéias sobre “O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”. *Filosofia, Sociedade e Educação*, Marília, ano 2, n. 2, 1998.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ROCHA, M. B. M. Nóbrega da Cunha: denúncia e anunciação. In: CUNHA, N. *A revolução e a educação*. Campinas: Autores Associados, 2003.